



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ

Procuradoria Jurídica

**OFÍCIO 008/2024**

**Tamarana, 05 de março de 2024.**

Cumprimentando-os cordialmente, sirvo-me do presente, em resposta ao Requerimento 003/2024, de autoria do Sr. Vereador Hector Augusto Siena Gobetti, prestar informações sobre o pagamento retroativo da correção realizada no piso salarial dos professores.

Saliento que o assunto questionado foi analisado por esta Procuradoria Jurídica através de parecer, o qual segue em anexo.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos e renovamos nossos votos de elevada estima e distinta consideração.



**SUELLEN FERREIRA POLICAN**

**Procuradora-Geral do Município**

**OAB/PR n. 85.778**



# MUNICÍPIO DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ  
PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER N. 0063/2024

**Órgão Solicitante:** Chefia de Gabinete

**Objeto:** Análise acerca do cronograma de pagamentos retroativos do piso da Educação referente ao ano de 2023.

**Ementa:** Direito Administrativo. Lei de Reposição Salarial Anual. Observância Legal. Responsabilidade.

## I – Relatório

Trata-se de pedido para análise de requerimento formulado pelo Sr. Vereador Hector Augusto Siena Gobetti.

Em sua justificativa, o Sr. Vereador requisita informações sobre o cronograma de pagamento relativo ao retroativo do piso dos professores do ano de 2023.

Diante do questionamento, a Chefia de Gabinete encaminhou cópia do requerimento à Secretaria de Finanças, o qual encaminhou a esta Procuradoria para análise acerca da legislação vigente.

Portanto, vieram os autos conclusos a esta Procuradoria para análise e parecer.

É o relato do essencial. Passo a opinar.

## II – Análise e parecer

De início consigno que o assunto tratado é de interesse local, portanto, encontra amparo na competência municipal recepcionada no art. 30, inciso I da Constituição Federal.

A Lei Municipal n. 1521/2023 dispõe acerca da concessão do parcelamento da reposição salarial anual, gerando impacto no piso salarial dos profissionais do magistério no âmbito municipal.

O art. 1º da referida lei, trata acerca da correção salarial no percentual de 4,96% (quatro vírgula noventa e seis por cento), sendo o pagamento dividido em quatro parcelas iguais (1,24%).

Já o art. 3º, dispõe sobre o piso salarial do magistério municipal, considerando o percentual disposto no art. 1º.





# MUNICÍPIO DE TAMARANA

ESTADO DO PARANÁ  
PROCURADORIA JURÍDICA

Pois bem. Passo a analisar o questionamento acerca do retroativo.

Após consulta realizada no departamento competente, denota-se que houve o pagamento da correção salarial, conforme previsão contida nos incisos no art. 1º da lei municipal. Além disso, houve o reajuste salarial no percentual de 10% (dez por cento), ultrapassando o piso exigido legalmente.

No que diz respeito ao retroativo, a própria lei dispõe sobre o tema. Vejamos:

Art. 4º. Está Lei não implica em reconhecimento do pagamento a eventuais valores retroativos que possam ser pleiteados pelos profissionais do Magistério Municipal.

ser requeridos pelos servidores do magistério.

No entanto, ressalva-se que, embora o texto da lei – frise-se: aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores e sancionada pelo Poder Executivo – impeça o repasse dos retroativos, após a devida análise técnica no que diz respeito ao orçamento/financeiro e questões administrativas, é possível conceder o pagamento dos retroativos, editando lei específica para tal.

Reputo, toda e qualquer alteração salarial, deverá ser precedida de análise junto ao orçamento municipal vigente, obedecendo aos critérios legais. Saliento ainda, que a medida se faz necessária, com o fito de proteger a gestão financeira, de modo a evitar eventuais responsabilidades administrativas e fiscais.

### III – Conclusão

Feitas essas considerações, concluo que a atual legislação impossibilita o pagamento dos retroativos, ressalvada a hipótese de análise orçamentária e financeira, devendo providenciar edição de lei específica.

É o parecer, *salvo melhor juízo*.

Tamarana/PR, 28 de fevereiro de 2024.

**SUELLEN FERREIRA POLICAN**

Procuradora-Geral do Município

OAB/PR nº 85.778



**MUNICÍPIO DE TAMARANA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**

**C.I- Nº 050/2024**

**DATA: 27 DE FEVEREIRO DE 2024**

**DE: DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**

**PARA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**Senhora Procuradora**

Através da presente, em atendimento ao questionamento apresentado quanto ao cumprimento das Leis Municipais 1512/2023 e 1521/2023 que tratam da reposição/revisão salarial dos servidores públicos municipais referentes ao exercício de 2023, mais especificamente do Quadro do Magistério, esclarecemos o seguinte:

a) Conforme a Lei 1512, de 26/01/2024 na folha de janeiro de 2023 foi aplicado o índice de 10% (dez por cento) sobre a remuneração de todo o quadro de servidores municipais, incluindo o Magistério.

b) Entre setembro/2023 a dezembro/2023 o índice de 4,96% (quatro vírgula noventa e seis por cento) foi escalonado/parcelado em quatro vezes de 1,24% (um vírgula vinte e quatro por cento) a todos os servidores pertencentes ao quadro do Magistério Municipal, conforme previsto na Lei 1521, de 20/09/2023, com todos os reflexos nas suas remunerações.

c) Não houve pagamento de valores retroativos, tendo em vista que o artigo 4º da referida Lei vedou tal verba retroativa.

Nada mais para o momento.

Atenciosamente,

**Cristina Seidler**

**Diretora de Recursos Humanos**

Portaria 073, de 05/04/2022

À Ilustríssima Senhora

**SUELLEN FERREIRA POLICAN**

Procuradora Geral do Município

Nesta.





# MUNICÍPIO DE TAMARANA

## ESTADO DO PARANÁ

### LEI Nº 1521/2023 DE 20 DE SETEMBRO DE 2023

#### PUBLICAÇÃO

Em: 21/09/2023

Órgão: Jornal Oficial

Edição: 1933

Visto: Marilly Marcondes

CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA

**SÚMULA:** Dispõe sobre a concessão do pagamento parcelado da complementação da Reposição Salarial Anual e implicação de tal alteração no piso salarial dos profissionais do Magistério Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITA DO MUNICÍPIO SANCIONO A SEGUINTE

#### LEI:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a correção da Reposição Salarial Anual do índice de 4,96% (quatro vírgula noventa e seis por cento) sobre a remuneração dos Professores e demais funções correlatas ao Magistério do Município de Tamarana, cujo pagamento escalonado e cumulativo se dará da seguinte forma:

- I – 1,24% (um vírgula vinte e quatro por cento) em setembro de 2023;
- II – 1,24% (um vírgula vinte e quatro por cento) em outubro de 2023;
- III – 1,24% (um vírgula vinte e quatro por cento) em novembro de 2023;
- IV – 1,24% (um vírgula vinte e quatro por cento) em dezembro de 2023

**Art. 2º.** As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 3º.** Com a incidência do percentual de 4,96% (quatro vírgula noventa e seis por cento), passam os pisos salariais do Magistério do Município a expressar os seguintes valores:

- I – R\$ 4.589,74 (quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos), para os professores e profissionais do magistério com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;
- II – R\$ 2.302,01 (dois mil, trezentos e dois reais e um centavo) para os professores e demais profissionais do magistério com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.
- III – R\$ 5.849,71 (cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos) para profissionais ocupantes do cargo de pedagogo.



## MUNICÍPIO DE TAMARANA

### ESTADO DO PARANÁ

**Art. 4º.** Está Lei não implica em reconhecimento do pagamento a eventuais valores retroativos que possam ser pleiteados pelos profissionais do Magistério Municipal.

**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tamarana,  
em 20 de setembro de 2023.



**LUZIA HARUE SUZUKAWA**  
*Prefeita*

*Autoria do Executivo Municipal*